

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO – CMRV
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E JURÍDICAS – DCCJ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – CCC
EMPRESA JUNIOR DE CONTABILIDADE – CONAC JUNIOR
CURSO DE EXTENSÃO: DFC: MÉTODOS DIRETO E INDIRETO
PROFESSORA: M.Sc. ROSSÁLIA MARIA DE SOUZA SILVA

I - Origens da Demonstração do Fluxo de Caixa

Para tratar das origens da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, abordaremos o tratamento dado por alguns órgãos de âmbito nacional e internacional que tratam de matéria contábil a respeito deste relatório contábil. Sendo assim, abordaremos as posições do IASC que depois transformou-se em IASB, do FASB como também do tratamento dado pelo Brasil.

IASC - International Accounting Standards Committee (Comitê Internacional de Padrões Contábeis)

Criado em 1973 na cidade de Londres, este Comitê emitiu muitas interpretações que posteriormente foram adotadas por organizações no mundo e que também contribuíram para a elaboração de muitas normas em diversos países do mundo.

No que diz respeito a estudos sobre o Fluxo de Caixa, em 1976 o IASC publicou seu primeiro estudo sobre o tema intitulado Exposure Draft E7 Statement of Source and Application of Funds

Em 1977 o IASC publicou novo estudo contendo ajustes ao primeiro publicado com o Título IAS 7 Statement of Changes in Financial Position (Demonstração das Mutações na Posição Financeira) que entrou em vigor em janeiro de 1979.

Em 1992, foi publicada a versão final do regulamento sobre a DFC, conhecida como IAS 7 (1992) Cash Flow Statements, que determinou a obrigatoriedade desta Demonstração a partir de janeiro de 1994.

A partir de abril de 2001, a IASC foi reestruturada e ganhou um novo nome, passando então a ser denominada de IASB.

Financial Accounting Standards Board - FASB

O FASB constitui-se, nos Estados Unidos da América no órgão que normatiza toda matéria contábil daquele país. Tem-se registro de que a primeira vez que o Tema DFC foi abordado por este órgão foi em 1963, quando o quando o The Accounting Principles Board – APB (Câmara de Princípios Contábeis) , por meio de sua *issued* 3 - The Statement of Source and Application of Funds (Publicação 3 – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos), declarou a relevância desta demonstração, porém sem fazer qualquer menção quanto à obrigatoriedade da sua apresentação.

No ano de 1969, o Securities Exchange Commission (SEC), emitiu recomendação de que as empresas públicas deveriam incluir em seus relatórios anuais uma demonstração das fontes e das aplicações de recursos de caixa.

Em 1971, o APB, por meio da *issued* 19, alterou o nome da *issued* 3, para Reporting Changes in Financial Position. Além dessa nova nomenclatura, também foi definido que todas as empresas tornassem essa demonstração parte obrigatória de seus relatórios anuais. Também foi exigido que essa fosse analisada durante as auditorias.

Em 1973, o mesmo SEC que 4 anos atrás recomendava a publicação da DFC para Empresas Públicas emitiu a ASR 142 que proibia para as companhias públicas a inclusão, em seus relatórios de informações sobre o fluxo de caixa por ação. Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 408):

“Quando a DFC foi tornada obrigatória nos Estados Unidos, muitos profissionais da área contábil temiam que ela pudesse vir a substituir a contabilidade em base-competência. Preocupado com essa hipótese, o FASB tratou de proibir a divulgação de qualquer índice relacionado a caixa por ação na DFC, por entender ser a Demonstração de Resultados mais indicada para a avaliação de *performance* da empresa, sendo por conseguinte, a informação lucro por ação mais útil para o usuário”.

Em 1985 que o FASB se pronunciou pela primeira vez sobre o tema de um modelo para a DFC e a possibilidade da substituição da DOAR pela DFC. Em 1987 a FAS 95 ratifica a substituição para a partir do ano de 1987 e recomenda o uso de um método que podemos chamar de misto pois utiliza o Método Direto para as Atividades Operacionais e o indireto para as demais atividades (de Investimento e de Financiamento).

A Demonstração no Brasil

No Brasil, a discussão a respeito da utilização ou não da DFC pelas empresas seguiu o foco da discussão mundial e em 2007 com a Lei 11.638 tivemos a definitiva substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC.

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Segundo Marion (2006, p. 64), “a DFC indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos”.

Esta Demonstração constitui-se em ferramenta de apoio à gestão, à medida que evidencia o aumento ou redução da folga financeira em determinado período de tempo, evidenciando os movimentos desta folga nas operações, investimentos ou financiamentos. Este mecanismo permite uma análise de onde a empresa está gerando ou consumindo mais caixa permitindo ações preventivas ou corretivas quando se observam desvios ou consumos exagerados de recursos financeiros em qualquer um destes grupos.

Aspectos Normativos de Elaboração da DFC

Após sua obrigatoriedade no Brasil recomenda-se que a DFC seja elaborada de acordo com as orientações do CPC 03 (Pronunciamento elaborado tendo como Base o IAS 7 – Statements of Cash Flows)

Objetivos da DFC

1. Prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, ocorridos em determinado período de tempo;
2. Ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa;
3. Analisar a necessidade de utilização dos fluxos de caixa gerados pela entidade;

Com relação às informações produzidas pela DFC Iudicibus et al(2010. P. 565_566), afirmam que:

...se analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem:

1. a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
2. a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
3. a liquidez, a solvência, e a flexibilidade financeira da empresa;
4. a taxa de conversão de lucro em caixa;
5. a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
6. o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
7. os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimentos e de financiamentos etc.

Equivalentes de Caixa

A DFC trabalha com o conceito de equivalentes de caixa que são os investimentos de altíssima liquidez, ou seja, podem ser transformados em caixa a qualquer momento com risco de erro na avaliação em moeda muito baixo.

Nessa definição de acordo com o CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa enuncia-se três características que devem ser observadas em um

item para que possa ser considerado equivalente de caixa, quais sejam: ser de curto prazo, ser de alta liquidez e apresentar insignificante risco de mudança de valor.

Na DFC os recursos são evidenciados em grupo e categorias tomando-se como base normalmente a natureza da transação que dá origem ao recurso que está sendo recebido ou pago. Assim temos:

Atividades Operacionais – onde o montante dos recursos é oriundo das atividades operacionais da empresa tornando-se um bom indicador de quanto do caixa está sendo gerado pelas operações normais do negócio.

Atividades de Investimentos - relacionam-se normalmente com acréscimos ou reduções de ativos não circulantes, incluindo, entretanto, transações de aplicações financeiras, até mesmo as de curto prazo (não classificáveis como equivalentes de caixa).

Atividades de Financiamentos – relacionam-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade.

Abordaremos a seguir um modelo completo de elaboração de uma DFC pelos métodos Direto e Indireto (Iudícibus et al, p. 575 -578)

	31/412X0	31/12X1	Variação
Caixa	100	100	0
Bancos	500	5.000	4.500
Aplicações Financeiras	5.000	12.200	7.200
Duplicatas a Receber	10.000	20.000	10.000
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.000)	(1.500)	(500)
Duplicatas Descontadas	-	(5.000)	(5.000)
Estoques	12.000	15.000	3.000
Despesas Pagas Antecipadamente	3.000	5.000	2.000
Imobilizado	30.000	35.000	5.000
Depreciação Acumulada	(6.000)	(4.500)	1.500
TOTAL DO ATIVO	53.600	81.300	27.700
Fornecedores	10.000	23.000	13000
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.000	1.300	(700)
Salários a pagar	15.000	8.000	(7.000)
Empréstimos de curto Prazo	20.000	30.000	10.000
Capital	5.000	15.000	10.000
Reservas de Lucros Acumulados	1.600	4.000	2.400
TOTAL DO PASSIVO + PL	53.600	81.300	27.700

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Vendas	40.000
Custo das Mercadorias Vendidas	(20.000)
Lucro Bruto	20.000
Despesas de Salários	(14.000)
Depreciação	(1.500)
Despesas Financeiras	(1.000)
Despesas com Devedores Duvidosos	(1.000)
Despesas antecipadas	(600)
Receitas Financeiras	300
Lucro na Venda de Imobilizado	3.000
Lucro antes do IR/CS	5.200
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.300)
Lucro Líquido	3.900

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO			
	Capital	Reservas de Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/X0	5.000	1.600	6.600
Aumento de Capital	10.000		10.000
Lucro Líquido		3.900	3.900
Dividendos pagos		(1.500)	(1.500)
Saldo em 31/12/X1	15.000	4.000	19.000

Outras Informações Adicionais

- a) Custo do Imobilizado vendido = \$ 15.000, já depreciado em \$ 3.000
- b) As despesas Financeiras foram pagas
- c) Aplicações Financeiras em CDBs de 30 e 60 dias e em caderneta de poupança

Duplc.a Receber		Estoques	
10.000	500(a2)	12.000	20.000(b1)
(a1)40.000	29.500 (a3)	(b2)23.000	
20.000		15.000	
Fornecedores		Desp. Pagas Antecipadamente	
(c2) 10.000	10.000	3.000	600(d1)
	23.000(c1)	(d2) 2.600	
	23.000	5.000	
Imobilizado		Depreciação Acumulada	
30.000	15.000 (e1)	(f1)3.000	6.000
(e2) 20.000			1.500(f2)
35.000			4.500
PDD		Duplicatas Descontadas	
(g2)500	1.000		0
	1.000(g1)		5.000(h1)
	1.500		5.000

Provisão para IR/CS		Salários a Pagar	
(i2) 2.000	2.000	(j2) 21.000	15.000
	1.300(i1)		14.000 (j1)
	1.300		8.000

Emprestimos		Capital	
(k2) 1.000	20.000		5.000
	1.000(k1)		10.000(l1)
	10.000(k3)		
	30.000		15.000

Reservas de Lucros Acumulados		Dividendos a Pagar	
(m2) 1.500	1.600	0	1.500 (n1)
	3.900 (m1)	(pagamento) 1.500	
	4.000		0

EXPLICANDO OS SALDOS

OBS: OS SALDOS INICIAIS E FINAIS ESTÃO NO BP

A- DUPLICATAS A RECEBER

- a1 – 40.000 – Receita de Vendas (DRE)
- a2 – 500 – Créditos Baixados como incobráveis (Si de PDD + Despesas com PDD – Saldo final de PDD)
- a3 – Recebimento de Clientes – (Si de DR + Vendas –Baixa –Sf de DR)

B – ESTOQUES

- b1 – valor do CMV (DRE)
- b2 – Si – CMV – Sf (representam as compras do período)

C –FORNECEDORES

- c1 – Compras
- c2- Si + compras –Sf (Pagamento aos fornecedores)

D – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

- d1 – Despesas diversas – DRE (baixa de despesas antecipadas)
- d2 – Si – Baixa de despesas diversas – Sf (despesas antecipadas do período)

E – IMOBILIZADO

- e1 – Custo do Imobilizado Vendido (CIV)
- e2 – Si –CIV – Sf (aquisição de imobilizado)

F – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

- f1 – Valor já depreciado (informações adicionais)
- f2 – despesa de depreciação (DRE)

G – PDD

- g1 – despesa com devedores duvidosos (DRE)
- g2 – baixa de devedores (Si + despesa com devedores duvidosos – Sf)

H – DUPLICATAS DESCONTADAS

- h1 – ver saldo de títulos descontados (BP)

I – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- i1 – Valor do Imposto de Renda do Período – (DRE)
- i2 – pagamento do Imposto de Renda do período anterior (Si + IR do período – Sf)

J – SALÁRIOS A PAGAR

- j1 – Despesa de salário do período (DRE)
- j2 – Salário Pago (Si + Despesa do período –Sf)

K – EMPRESTIMOS

k1 – Valor das despesas com empréstimos somando-se ao montante das dívidas (DRE)

k2 – Valor do pagamento das despesas financeiras (informações adicionais)

k3 – Si + desp. Financeiras - pagamento das despesas financeiras – Sf

L – CAPITAL

l1 – aumento de capital (DMPL)

M – RESERVAS DE LUCOS ACUMULADOS

m1 – lucro do período (DRE)

m2 – Dividendos (DMPL)

N - DIVIDENDOS A PAGAR

n1 – valor do dividendo do período (DMPL)

n2 – pagamento de dividendos (DMPL)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO		
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	29.500	
Recebimento de Juros	300	
Duplicatas Descontadas	5.000	
Pagamentos		
• a fornecedores	(10.000)	
• de impostos	(2.000)	
• de salários	(21.000)	
• de juros	(1.000)	
• despesas pagas Antecipadamente	(2.600)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(1.800)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda de imobilizado	15.000	
Pagamento pela compra de Imobilizado	(20.000)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos		(5.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	10.000	
Empréstimos de Curto Prazo	10.000	
Pagamento de Dividendos	(1.500)	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		18.500
Aumento líquido no Caixa e Equivalentes de caixa		11.700
Saldo de caixa +Equivalentes de Caixa em X0		5.600
Saldo de caixa +Equivalentes de Caixa em X1		17.300

Composição do caixa e Equivalente de caixa (Conciliação entre DFC e BP)		
	31/12/X0	21/12/X1
Caixa	100	100
Bancos	500	5.000
Aplicações Financeiras	5.000	12.200
TOTAL	5.600	17.300

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido	3.900	
Mais: depreciação	1.500	
Menos: Lucro na venda de imobilizado	(3.000)	
Lucro ajustado	2.400	
Aumento em duplicatas a Receber	(10.000)	
Aumento em PDD	500	
Aumento em Duplicatas Descontadas	5.000	
Aumento em Estoques	(3.000)	
Aumento em Despesas Antecipadas	(2.000)	
Aumento em Fornecedores	13.000	
Redução em PIR e CS	(700)	
Redução em Salários a Pagar	(7.000)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(1.800)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda de imobilizado	15.000	
Pagamento pela compra de Imobilizado	(20.000)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos		(5.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	10.000	
Empréstimos de Curto Prazo	10.000	
Distribuição de Dividendos	(1.500)	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		18.500
Aumento líquido no Caixa e Equivalentes de caixa		11.700
Saldo de caixa +Equivalentes de Caixa em X0		5.600
Saldo de caixa +Equivalentes de Caixa em X1		17.300